

ESPAÇO, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO
*SPACE, TERRITORY AND VIOLENCE IN THE AGE OF THE GLOBALIZATION***Jean Henrique Costa**

Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jeanhenrique@uern.br

Thadeu de Sousa Brandão

Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). E-mail: thadeu@ufersa.edu.br

Resumo

Este ensaio busca tecer uma compreensão do fenômeno da violência estrutural a partir do aumento das contradições socioespaciais decorrentes do modelo de globalização adotado nas últimas décadas. O texto discute algumas das novas morfologias da exclusão que se impõem via lógica da globalização, percebendo o espaço construído através da racionalidade global enquanto um sistema de objetos cada vez mais artificiais e, ao mesmo tempo, a partir de ações igualmente artificiais e estranhas ao lugar e seus habitantes. O desfecho do processo se dá pela lógica atual de uma construção socioespacial que enseja substanciais espaços sociais da exclusão, onde miríades de indivíduos – sem perspectivas de ingressar no mercado de trabalho formal nem nos padrões de consumo mínimo exigidos pelo modo de produção capitalista – são jogados em guetos sociais (desde áreas periféricas até prisões). Podemos afirmar, que a globalização, em suas consequências, é geradora de violência, na medida em que exclui sistematicamente milhões de indivíduos de uma vida digna e na medida em que gera estruturalmente outras formas plurais de exclusões. Metodologicamente, a globalização sozinha não pode ser tomada como único fator desencadeador dessas questões. A violência, em sua complexidade, deve ser abordada também levando-se em consideração fatores como a cultura, a economia e as relações sociais e políticas. Mas, sem perder de vista a espacialização e a territorialidade da mesma: papel basilar da ciência geográfica.

Palavras-chave: Globalização; Espaço; Território; Exclusão; Violência.**Abstract**

In this paper, we analyze the structural violence phenomenon by observing the growth of social gaps created by the globalization models used in the previous decades. We discuss a few of the new ways of social exclusion driven by globalization, noticing the divergences built through the global rationality, which is shown as a system of artificiality, and, at the same time, observing the individuals who have practices that are unknown to the people and to the place where they live. The outcome of this process comes from the current social and spatial construction that brings social exclusion areas, where myriad of individuals – who do not have any perspective of joining the labor market neither joining the consumption standards demanded by the capitalist mode of production – are thrown in social ghettos (such as prisons and slums). We can state, consequently, that globalization, in its effects, generates violence as it systematically excludes thousands of people from a dignifying life; and as it creates many other forms of exclusion. Methodologically, globalization itself must not be seen as the only triggering factor of these questions. Violence itself must also be addressed taking into consideration elements such as culture, economics, and social and political

relations, without losing sight of the spatialization and territoriality: Which is the base role of the geographical science.

Keywords: Globalization; Space; Territory; Social Exclusion; Violence.

1 Introdução

Este ensaio teórico parte da premissa fundamental de que as relações sociais ocorrem numa base espacial geral, oriunda da indissociabilidade entre a materialidade deste espaço (o sistema de objetos) e seu sistema de ações (sentido social que o anima e lhe impregna um conteúdo humano), de acordo com a proposta teórico-metodológica do geógrafo Milton Santos (2002). Daí que, ao longo deste escrito, tentaremos dar conta de como se configura, no espaço e no território, a questão da violência, levando-se em conta sua relação com a globalização enquanto fenômeno que poderá nos trazer à luz algumas explicações acerca de algumas modalidades de violência.

Embora este texto aparente estar estigmatizando a violência enquanto um fator de exclusão, leva-se em conta que, atualmente, vem ocorrendo tanto um rejuvenescimento, quanto uma heterogeneidade das chamadas “classes criminosas” via principalmente o consumo e o tráfico de entorpecentes. Portanto, parece-nos uma visão estreita considerar a violência como sendo hegemônica entre as classes mais populares. Embora tal realidade ainda se constate, isto é, estatisticamente a população vítima da violência seja predominantemente “pobre”, deve-se observar que parte significativa dos desvios sociais das camadas mais abastadas também são significativos: viciados filhos de juizes, políticos profissionais, médicos, etc. Também jovens de classe média que praticam “rachas de carro”, jovens que queimam índios, espancam homossexuais etc. são exemplos dessas modalidades.

Daí que gostaríamos de ressaltar que nosso recorte é a violência via fator estrutural, onde nosso objetivo limita-se especificamente a população mais marginalizada e segregada pelos efeitos da “*violência em tempos de globalização*”. A opção metodológica para se pensar violência e globalização se pauta numa análise do espaço, fundamentalmente, a partir do aumento das contradições sociais e espaciais vigentes tanto nos países centrais como periféricos, devido a lógica configurativa do capital em sua expansão global. O que se segue abaixo ilustra uma preocupação ensaística acerca das novas morfologias socioespaciais da exclusão via lógica da globalização.

2 Espaço, Território e Violência

O desenvolvimento da análise do espaço na obra da teoria marxista se deve, fundamentalmente, ao aumento das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos, devido a crise geral do capital durante a década de 1960 (CORRÊA, 2003). Os conflitos que antes eram vistos como fenômenos naturais a partir dessa virada metodológica passam, logo, pelo crivo de uma crítica ao capital. A partir de novas visões e tendências, a “geografia chamada crítica visava dar conta das transformações vivenciadas a partir dos anos 70” (ZUSMAN, 1996, p. 29). Milton Santos (1982, p. 15), em texto singular – *Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento*, – alerta-nos enfatizando tal contextualização apontando para as contradições existentes nas extremas concentrações de poder dos gigantes Estados-corporações, que renovaram o interesse por Marx e seus discípulos. Assim, inicia-se uma nova construção do conceito de espaço, fundamentado teoricamente no marxismo e

empiricamente a partir das contradições existentes no capitalismo do Pós-Segunda Guerra Mundial.

O espaço aparece efetivamente na obra marxista a partir do filósofo Henri Lefebvre, em que “o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (CORRÊA, 2003, p. 25). Para Lefebvre, o espaço entendido como espaço social não deve ser entendido como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções (geografia teórica); nem como um produto puro da sociedade (geografia tradicional). O espaço é bem mais que isto. Ele também não é somente um campo político, de ações de grupos para a reprodução da força de trabalho através do consumo. Para Lefebvre *apud* Corrêa (2003), o espaço constitui-se como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, da reprodução da sociedade.

Nesta perspectiva, segundo Ana Fani A. Carlos (2002, p. 165):

O espaço é entendido como produto de um processo de relações reais que a sociedade estabelece com a natureza (primeira ou segunda). A sociedade não é passiva diante da natureza; existe um processo dialético entre ambas que reproduz, constantemente, espaço e sociedade, diferenciados em função de momentos históricos específicos e diferenciados. (...). O espaço é humano não porque o homem o habita, mas porque o produz. Ele é um produto desigual e contraditório à imagem e semelhança da sociedade que o produziu com seu trabalho.

Gomes (1996, p. 300) diz que a influência de Lefebvre foi fundamental para a constituição desta transformação na análise geográfica a partir do marxismo. “Ele distinguiu uma dimensão essencial da construção social da realidade, a produção do espaço, através de um novo modelo definido por uma análise fundada sobre a dinâmica própria à espacialidade” (GOMES, 1996, p. 300).

Milton Santos foi fortemente inspirado por Lefebvre ao afirmar não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem recorrer ao espaço. Segundo Corrêa (2003) problematizando sobre a obra de Milton Santos, modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes. O conceito de Milton Santos de “formação sócio-espacial” ou simplesmente, “formação espacial”, possui como mérito explicar que uma sociedade somente pode existir, tornar-se concreta, através de seu espaço, do espaço que ela produz, e por outro lado, o espaço somente é inteligível através da sociedade. Não há por que falar de sociedade e espaço como se fossem coisas separadas. Mas pode-se falar, isto sim, de formação sócio-espacial (CORRÊA, 2003). Em outras palavras, a sociedade produz o espaço e, por outro lado, adapta-se à ele, ao espaço pré-existente. Por isso há a reciprocidade dos condicionantes.

“Em realidade, o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social” (CORRÊA, 2003). Gomes (1996) acrescenta que o espaço deve ser considerado como um produto social, ou seja, ele somente pode ser explicado recorrendo aos aspectos fundamentais que organizam a vida em sociedade.

Gomes (1996, p. 274) ainda fala desta nova fase da geografia presente desde o surgimento do “horizonte da crítica radical”. Apontando os limites da geografia tradicional, cita as dificuldades impostas pela mesma e o descaso com o *conteúdo político* do espaço, este fundamental para a geografia crítica.

Milton Santos, em sua obra “A Natureza do Espaço”, lembra que numa primeira hipótese de trabalho apresentou que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia (SANTOS, 1999, p. 50).

Mais adiante, nos apresenta outra forma de análise do espaço, dada pela possibilidade de “trabalhar com outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais”. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial ou geográfica tem sua materialidade própria, mas são as relações sociais que dão a sua existência real (SANTOS, 1999, p. 50-51).

Nesta citada obra, “A Natureza do Espaço”, ele nos traz sua última contribuição teórico-metodológica, resultado de uma intensa pesquisa que implicou em sua madura proposta analítica do espaço. Esta, no dizer de Zusman (1996, p. 31), passou por um longo percurso de construção da categoria espaço, entrelaçando algumas discussões da tradição disciplinar com as outras trazidas da recente incorporação do marxismo ao pensamento geográfico. Assim Milton Santos a apresenta, fundada de acordo com Maria Laura Silveira (1996, p. 63) num enriquecedor diálogo com a filosofia e com as demais ciências sociais:

Nossa proposta atual de definição da geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que forma o espaço. Não se trata de sistemas de objetos e sistemas de ações tomados separadamente. (...). O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1999, p. 51).

Para Santos, os sistemas de objetos e sistemas de ações interagem, pois, dialeticamente. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1999, p. 52).

Kahil (1996, p. 74), pensando a obra de Milton Santos, afirma que o autor busca o entendimento do mundo como ele se apresenta, móvel e em transformação permanente, como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenchem e os animam, ou seja, a sociedade em movimento.

O sistema de objetos se define como uma relação dinâmica entre os objetos (sociais) e as coisas (naturais), num movimento dialético. Santos nos diz que “hoje, e cada vez mais, os objetos tomam o lugar das coisas. No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a

partir de um conjunto de interações sociais, passam, também, a ser objetos. Assim, a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas” (SANTOS, 1999, p. 53). Tal alteração na proporção dos objetos sobre as coisas resulta das respostas às condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Silveira (1996, p. 64) diz que “a natureza dos objetos presentes envolve, a cada dia, solidariedades técnicas – formas aprimoradas de dependência funcional – que nos permitem, assim, falar em *sistemas de objetos*”. Deve-se compreender a noção de sistema, já que poucos objetos são, hoje, oferecidos sós, não funcionando, por conseguinte, isoladamente.

O sistema de ações, por sua vez, significa a ação do próprio homem na relação com o sistema de objetos, empregado-lhe um conteúdo. Somente ele (o homem) tem ação, porque só ele tem objetivo. Estas ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais ou imateriais - econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas etc. conduzem os homens a agirem e criarem determinadas funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos, que sentirão as manifestações do conteúdo social. Silveira (1996, p. 64) menciona que: “motores de um trabalho vivo, as ações materializam-se em organizações e, ao mesmo tempo, se realizam por meio delas”. Estas organizações, diz Silveira (1996) citando A. Etzioni, são a forma mais racional e eficiente de agrupação social.

As ações possuem objetivos gerais e específicos. Um ato (ação) não é um comportamento qualquer, sem pretensão ou desmotivado. Ele é orientado por situações e objetivos delimitados. Esta ação é um processo, mas um processo dotado de propósito, no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Neste contexto de ações “pretensamente” propositais, pode-se afirmar, segundo Santos (1999), que as ações racionais são cada vez mais numerosas, devido à natureza crescente dos objetos técnicos.

Entrementes, o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 1999).

O conceito de território está integrado ao conceito de espaço, principalmente para a ciência geográfica. Nesta perspectiva, concordamos que:

... é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Daí que, como citado acima, o território é tratado numa ênfase política, ou seja, destacando seu conteúdo político enquanto relações de poder, um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Ainda nesta mesma perspectiva, Raffestin toma o território enquanto “um espaço onde se projetou um trabalho (...) e que (...) revela relações marcadas pelo poder”. Isto posto, o território “se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Podemos concluir, portanto, que a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Assim, é imprescindível pensar ambos conjuntamente, num intercâmbio onde poder não pode ser visto em separado de território e vice-versa (SOUZA, 2001).

O território também pode ser visto e analisado a partir de três bases: uma jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”. Uma outra cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”. E ainda outra econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (RIBAS, SPOSITO, SAQUET, 2004, p. 18).

Podemos, a partir da discussão acima relacionar a questão da violência e do espaço, na medida em que algumas anomias sociais ocorrem via questões materiais (pobreza por isolamento físico, por exemplo) e culturais (pobreza via estigmatização. Por exemplo, violência contra um “gringo” que sai com uma jovem menor de idade).

Quando relacionamos violência e território, podemos dizer que, agora, a anomia é específica. Ela decorre de espaços apropriados por relações de poder, ou seja, territórios criados socialmente (por exemplo: violência perpetrada contra travestis na Av. Engenheiro Roberto Freire: Nesta avenida, de noite, não se configura somente um espaço, mas também um território: o território dos travestis). Daí que, este território é ao mesmo tempo fator de coesão (construção de identidades entre os travestis) e de anomia (exposição de um desejo manifesto à moral coletiva).

Assim, podemos inferir que são distintas essas formas de violência. No primeiro caso (o exemplo espacial), vigora a violência por questões materiais e culturais de sociabilidade. No segundo caso, a violência é pela disputa de espaço, por relações de poder que se estabelecem e buscam se consolidar.

As constatações empíricas entre violência e território são muitas, o que não cabe a esta seção elencar uma gama de exemplos. O foco será, pois, o germe estrutural do problema via expansão global do capitalismo e seus efeitos no espaço e no território.

3 A Violência: notas esparsas

A violência deve ser concebida inicialmente enquanto uma das condições básicas da sobrevivência do homem (num ambiente natural hostil). Os primeiros ajuntamentos humanos devem ter sido formas de reação ao medo. Certamente surgiram da idéia central de que os homens vivendo bem próximos, poderiam apoiar-se mutuamente e solidarizar-se ante os perigos que vinham de fora dos grupos. Noutra momento, a violência torna-se uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida social (seus medos, anseios, etc.) (ODALIA, 2004).

Nem sempre a violência se apresenta enquanto um ato, como uma relação, como um fato que possua uma estrutura facilmente identificável. No geral a violência se apresenta como algo “natural”, pois razões, costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas, que encobrem certas práticas de violência, dificultam compreender de imediato seu caráter social. A violência apresenta-se enquanto uma coisa ou situação que nos torna necessariamente ameaçados em nossa integridade pessoal ou que nos expropria de nós mesmos. Por isso, violentar o homem é arrancá-lo de sua dignidade física e mental (ODALIA, 2004).

Nesse sentido, a agressão pode ser vista, pois, como forma elementar da violência. Mudanças no espaço público podem contribuir para sua causa: arquitetura adaptando-se à violência (espaços fechados, interiorizados, etc.), numa concepção de moradia medieval. O espaço passa a ser concebido como algo contido e prisioneiro, onde o mundo é algo menor e isolado: espaço de refúgio (CECCHETTO, 2004). Nas periferias e favelas a violência, impedida de ser isolada, se torna cotidiana e familiar, onde a única arma contra a mesma é

permitir que a promiscuidade e o hábito teçam redes de conformismo. Hoje se convive com uma “naturalidade” fatalista acerca da convivência entre a riqueza e a pobreza, como se essas fossem uma condição necessária do modo de ser da sociedade humana (ODALIA, 2004).

Distante desse naturalismo ou fatalismo, a violência é eminentemente social. Mas aqui, por violência social, referimo-nos a atos que atingem determinados grupos sociais ou segmentos específicos. Daí que, cada sociedade pratica determinadas modalidades específicas de violência, de acordo com sua cultura e modelo societário. Pobreza, mortalidade infantil, baixíssimos índices educacionais, analfabetismo, falta de saneamento básico, favelização, precarização da saúde, desemprego, etc., são exemplos dessa modalidade de violência (ODALIA, 2004).

Uma modalidade específica e problemática de violência nos dias atuais é a violência urbana. Principalmente quando temos nos dias atuais uma formação de uma cultura do medo. Numa sociedade consumista e *objetalizável*, o consumo torna-se o ponto central, ou seja, um grande fundamentalismo moderno. Há os que não podem seguir o ritmo do consumo e desenvolvem alguma possibilidade de assumir suas impossibilidades. Outros transformam a fragilidade que suas frustrações impõem num feroz potencial de agressividade. Uns protegem-se usando a violência; outros a usarão para tentar se inserir. O medo geral no qual estamos submersos nas cidades implica necessariamente numa queda da *qualidade de vida* e na própria deterioração do humano em si (MORAIS, 1981).

Levando em conta seus números de habitantes, as cidades modernas podem ser vistas como pequenos espaços para tanta gente, concentrando relações humanas que acabam levando-as ao seu ponto de atrito e hostilidade. Nesse ínterim, a ansiedade e o medo resultam do sentimento de impotência, de fragilidade. O ser humano cheio de aspirações e sem nenhum poder de realizá-las, torna-se, de uma ou outra forma, violento. Torna-se hostil. E, quanto mais impotente, maior será a brutalidade da sua violência. Daí porque, em áreas periféricas, onde reina potencialmente a pobreza, o grau de impotência imposto a essas populações acua-os tal forma que, em certos momentos, só os atos de violência se apresentam para eles como alternativa de liberação e sobrevivência. Ex: apedrejamento de meios de transporte público e linchamentos (MORAIS, 1981).

Nos dias atuais, a violência está ligada a profundas transformações nas formas de criminalidade que se organizaram em torno do tráfico de drogas e do contrabando de armas. Também ao progressivo desmantelamento dos bairros pobres em sua vida associativa, tão importante no direcionamento de suas demandas coletivas e da sua sociabilidade. Ao mesmo tempo, um novo *ethos* guerreiro está se disseminando entre os jovens, pautado na violência e na idéia de combate (CECCHETTO, 2004).

Há, pois, uma inter-relação profunda entre as relações sociais e a organização espacial. Neste sentido, as práticas de violência não estão dissociadas do espaço. O espaço comparece em sua dupla substancialidade de produto social e enquanto condicionante das relações sociais. A violência pode aparecer, assim, seja nas formas tipicamente urbanas de segregação residencial até na densidade tipicamente urbano-metropolitana de determinados fenômenos, perpassando por diversas estratégias de sobrevivência e práticas delituosas e criminais associadas à “concentração espacial de determinadas oportunidades; no que concerne à presença ou, pelo menos, à frequência de certas manifestações de violência, as características da espacialidade das cidades tanto colocam problemas específicos quanto sugerem ações específicas de enfrentamento” (SOUZA, 2008, p. 10-11).

Segundo Michel Wieviorka (1997, p. 05) a violência não é a mesma de um período a outro, por isso, as transformações ocorridas a partir dos anos 1960 e 1970 são tão significativas que elas justificariam explorar a ideia “de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo”. Esse novo paradigma se pauta na compreensão da

violência como não apenas um conjunto de práticas objetivas, mas também “uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos” (WIEVIORKA, 1997, p. 07).

Daí que a violência tenha mudado, também, pois se percebe não mais o fenômeno no que ele apresentaria de mais concreto, ou seja, de mais objetivo, mas as percepções que sobre ele circulam, nas representações sociais que o descrevem. No mesmo sentido, a violência, na medida em que se inscreveria no prolongamento de problemas sociais considerados clássicos, ou que não questionam as modalidades mais fundamentais da dominação, pode ser suscetível de ser negada ou banalizada.

Wieviorka aponta duas grandes tradições de discussão do fenômeno:

[primeiramente] a violência pode inscrever-se em relações, sob uma forma sobretudo instrumental, e dispensar a comunicação e a relação entre atores; a segunda é de que ela pode vir a traduzir, ao contrário, um déficit ou dificuldades nas relações, na comunicação e no funcionamento da relação entre atores, o que a leva a funcionar então sobretudo de maneira expressiva (1997, p. 12).

A isso, acrescenta-se à ideia de que a violência instrumental poderia ser utilizada por um ator qualquer para tentar penetrar o interior de um sistema de relações institucionalizadas. O comum da violência é possuir sempre uma dimensão que ultrapasse o parâmetro da simples racionalidade instrumental, “uma dimensão que poderíamos chamar (um pouco rapidamente sem dúvida) irracional, espontânea, ou expressiva, e que vai além do conflito” (WIEVIORKA, 1997, p. 12).

A globalização ou mundialização é um fenômeno que contribuiu para a mudança de paradigma. A violência se alimenta, ao menos indiretamente, das desigualdades e da exclusão social que se reforçam com o mercado global e seus elementos: a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio. Ao mesmo tempo é “sensível às evoluções que tornam a troca mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento” (WIEVIORKA, 1997, p. 17). Da mesma forma, a violência chega a se inscrever no prolongamento da fragmentação cultural que a mundialização da economia encorajaria. Ela não contribuiria apenas para homogeneizar culturalmente o planeta. Possui o efeito de estimular processos reativos defensivos e identitários. Verdadeiras fraturas sociais e culturais sentidas em todo o mundo como fenômenos “naturais”. Principalmente no interior das sociedades mais modernas, onde se presencia “a miséria, a exclusão, e as formas de discriminação social e racial que caminham geralmente junto” (WIEVIORKA, 1997, p. 17).

Um outro elemento que ajuda a compreender o fenômeno da violência é a questão do individualismo. Ainda segundo Wieviorka (1997, p. 23), o indivíduo moderno deseja participar da modernidade e de seus atrativos “através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado”. Tudo isso como consumidor. Outrossim, o indivíduo quer ser plenamente reconhecido como sujeito, construir sua existência própria. Esses aspectos estão ligados à violência na medida em que o ator de muitas violências instrumentais deseja dinheiro para consumir, comprar. De outro lado, a violência pode assumir uma feição extrema, relacionada com um desejo de aceder aos louros da modernidade. Aproximando-o de condutas pautadas pela raiva de não ser “reconhecido, pelo sentimento de uma injustiça vivida, pela interdição de o indivíduo tornar-

se sujeito, e que pode assumir diferentes formas” (WIEVIORKA, 1997, p. 23). Em geral a violência terminaria por se traduzir em

processos de fusão de sentido, em que a dupla impossibilidade de funcionar como consumidor e como produtor de sua própria existência termine por resolver-se através da invenção de um sentido imaginário tanto mais violento quanto não encontre *hic et nunc* os meios concretos de se traduzir em práticas (WIEVIORKA, 1997, p. 24).

Wieviorka aponta que uma das fontes básicas da violência contemporânea reside exatamente em sua tendência à dissociação. Segundo ele, a tarefa de uma possível sociologia da violência é demonstrar as intermediações ausentes, os sistemas de relações cujas faltas ou enfraquecimentos criam o espaço da violência. Isto posto, a violência contemporânea pode ser compreendida como um amplo conjunto de experiências que, cada uma à sua maneira, transladam o risco de implosão pós-moderna, e mesmo seu esboço. Assim,

a importância da violência infrapolítica no mundo contemporâneo deriva do fato de que ela parece bem mais ligada ao enfraquecimento dos Estados e a práticas referentes ao crime organizado, e mesmo à criminalidade mais banal, porém crescente, desenfreada, do que à emergência de conflitos sociais e políticos dos quais ela constituiria a fase primitiva (WIEVIORKA, 1997, p. 32).

Primeiramente, a violência expressa a defasagem entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos, e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. A violência traz então a marca de uma subjetividade negada e frustrada, a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social. Segundo, apresenta-se também como a negação da alteridade, “a expressão desumanizada do ódio, destruição do Outro, tende à barbárie dos purificadores étnicos ou dos erradicadores” (WIEVIORKA, 1997, p. 37).

4 Violência em Tempos de Globalização

Para compreendermos o fenômeno da globalização vamos aqui realizar um recorte temporal para esta discussão. Portanto, estabelecemos como parâmetro a transição do modelo fordista de produção, no início do século XX, até os dias atuais. Neste período, veremos algumas mudanças fundamentais no modo de produção capitalista no século XX – fio condutor das discussões acerca do tema.

O chamado Fordismo, liga-se a uma concepção de processo de trabalho emergente nas indústrias automobilísticas de Henry Ford, introduzidas por este nas duas primeiras décadas do século XX, em suas fábricas de Detroit e Chicago, pautado sobre amplos espaços produtivos (as “plantas fabris”), com enormes galpões que alojavam linhas de produção, onde homem e máquina, simultaneamente, trabalhavam. Este processo exigia, portanto, uma enorme quantidade de trabalhadores para a execução de uma produção em massa, em série, sem preocupação efetiva com a qualidade. Ligava-se também, o Fordismo, a um sistema sindical atuante, combativo e marcante, representante dos diferentes segmentos de trabalhadores. Caracterizou-se também pelo advento dos direitos trabalhistas e da intervenção estatal no âmbito do trabalho e das questões sociais (ANTUNES, 1995).

Mudanças iniciam-se no final dos anos 60 e início dos anos 70, com o advento de novas tecnologias e com o uso da ciência no processo produtivo. Assim, no descenso do processo fordista, emerge o chamado Toyotismo, pautado na ciência e no uso intensivo de tecnologia. O assim chamado de sistema de acumulação flexível, que emergiu na fábrica da Toyota, no Japão, ligando-se à alta tecnologia (eletrônica, robótica, etc.) de última geração, passou a encaminhar o modo de produzir de forma diferenciada do fordismo. Primeiramente se caracterizou como poupadora de mão-de-obra. No mesmo sentido, as fábricas restringiram sensivelmente suas plantas, principalmente porque, com a microeletrônica, as máquinas ocupavam cada vez menos espaço (ANTUNES, 1995).

Assim, houve um aumento da qualidade dos produtos e uma *heterogeneização* destes, com uma grande diversificação na mesma planta fabril. Fábricas enxutas, pequenas e com poucos funcionários passam a dar conta de todo processo produtivo. A produção, cada vez mais sofisticada e luxuosa, aumenta cada vez mais os lucros, já que os custos maiores, o de mão-de-obra, diminuem drasticamente. Daí o conceito de “desemprego estrutural”, resultante do uso maciço desta tecnologia (ANTUNES, 1995).

Com a consolidação desta nova lógica de produção e de mercado, o desemprego estrutural passa a atingir, assim, todos os setores do capitalismo na atualidade no mundo “desenvolvido” e no mundo “em desenvolvimento”. Neste sentido, tal processo ajuda a formar contingentes de milhões de indivíduos desempregados sem perspectiva alguma de trabalho. Além disso, a concorrência a nível global aumenta o desemprego, já que muitas empresas não conseguem competir neste nível, diminuindo sua produção, liberando mão-de-obra, ou mesmo “quebrando”, ou seja, falindo. Outra tendência é a denominada “terceirização”: contrata-se outra empresa especialista em mão de obra para subcontratar empregados, de forma a diminuir os custos (ANTUNES, 1995).

Isto sem contar que toda essa lógica é presidida por um projeto neoliberal e toda a sua lógica própria privatizante. Sai-se de um Estado Keynesiano intervencionista para um Estado Neoliberal voltado para a não intervenção em certos setores antes considerados importantes, mas agora considerados como causadores de déficits. As privatizações de setores estratégicos em todo o mundo foram um exemplo da ação neoliberal.

O próprio processo de trabalho em si, com suas mudanças estruturais, mudou o perfil do trabalhador, não exigindo mais necessariamente horário ou local de trabalho, mas sim prazos e demandas a serem atendidas. Muda-se também a visão do trabalho em si, focando-se muito mais sobre os resultados do que sobre o trabalho em si. A iniciativa privada busca agora não mais empregados, mas “sócios”, pequenos, médios e grandes acionistas trabalhando no sistema produtivo (ANTUNES, 1995).

O sistema vem, desta forma, afunilando, tornando-se mais exigente, excluindo amplos setores da população, privilegiando poucos e descartando muitos. Com a inviabilidade de uma massa de seres humanos de poderem retornar ao mercado de trabalho, devido à desqualificação da maioria e da inexistência de trabalho efetivo para todos, tem-se uma exclusão como nunca vista. A estrutura do mercado do trabalho é, per si, excludente.

Susan George reforça que sob a globalização os processos econômicos dependem mais da subtração do que a adição, isto é, acrescenta-se mais valor (lucro) utilizando-se menos elementos, sobretudo mão-de-obra. A tarefa do Mercado não é gerar empregos e sim lucros (GEORGE, 2002, p. 76). George aponta ainda (2002, p. 46) que “uma economia global precisa de regras se pretende continuar a existir”. As novas regras foram lançadas no último quartel do século XX, e pelo que parece vir apresentando, nada possuem de idílicas para os trabalhadores, pobres, negros, minorias em geral, etc.

Na mesma linha de pensamento, Viviane Forrester (1997, p. 11) elucida como a grande massa da força global de trabalho vem se tornando supérflua para o capitalismo. Para

ela, há hoje uma “marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de *solicitantes de emprego*”. Essa marginalização não gera, como se poderia alardear, exclusão social, no sentido estrito da expressão. Para Forrester não há exclusão social, pois os desempregados e precarizados estão incluídos “até a medula” no sistema produtor de capital. Pior! Estão incluídos e em descrédito. Tornaram-se supérfluos. Eis a palavra que resume a condição da grande massa de trabalhadores no capitalismo atual. O que literariamente *O Horror Econômico* de Forrester veio confirmar é esta indiferença para com os indivíduos que se tornaram superabundantes para o capital.

Robert Castel (2008) tece diagnóstico na mesma direção. Logo na abertura de *As Metamorfoses da Questão Social*, sua análise acerca da questão do trabalho é sumária:

[...] a situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, ‘inempregáveis’, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente. De agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório (CASTEL, 2008, p. 21).

Para Castel (2008), trata-se de uma situação na qual o indivíduo é colocado em situação de flutuação na estrutura social, povoando seus interstícios sem encontrar um lugar designado. São indivíduos que transitam da vulnerabilidade à própria inexistência social. Castel, muito similarmente a Forrester, prefere evitar o termo exclusão e adota o conceito de *desfiliação*, mais ligado a idéia de *invalidação social*. Os indivíduos são menos excluídos do que abandonados: são inúteis para o mundo, supérfluos, descartáveis, reservas (CASTEL, 2008).

Assim, reitera-se o argumento de que ao capitalismo, fundamentalmente pós globalização, só interessa o homem como força de trabalho, sempre disponível e dócil. Contudo, não há lugar para todos. Como ironicamente realça Susan George (2002, p. 69): “a doutrina do liberalismo lembra os Evangelhos: ‘são muitos os chamados e poucos os escolhidos’”. Neste sentido, pensar no “pleno” emprego nem é mais uma miragem, e sim, um engano.

Paul Streeten (2001, p. 75-76), analisando os efeitos da globalização pós-fordista na divisão internacional do trabalho, afirma que as mudanças globais foram, por um lado, boas para a produção, para os lucros, credores, indivíduos independentes dos serviços públicos, para as grandes empresas, para os mercados globais, trabalhadores qualificados, etc. Por outro lado, ruins para os grupos opostos, isto é, empregados assalariados, devedores, dependentes dos serviços públicos (saúde, educação, etc.), pequenas empresas, comunidades locais, trabalhadores desqualificados, etc.

Assim colocado, as metamorfoses no mundo do trabalho foram e estão sendo drásticas para aqueles que vivem da venda da força de trabalho. O lema “*Não há mais longo prazo*” expressa que a flexibilidade deve ser buscada a todo custo, afetando não apenas o tempo da vida profissional, mas principalmente, o cotidiano da vida pessoal. A flexibilidade toyotista invade até o íntimo do trabalhador, sua carne, sonhos, memória. Logo, no chamado por Richard Sennett de *capitalismo flexível* (ou novo capitalismo), pode-se assegurar que imperam novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo, o tempo de trabalho. O lema “*Não há mais longo prazo*”, grande exigência dos tempos flexíveis, para Sennett (2012, p. 32), significa que “as condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a capacidade das pessoas transformarem seus caracteres em narrativas sustentadas”. Prontamente, “o capitalismo de curto prazo corrói o caráter [...], sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres

humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (SENNETT, 2012, p. 27).

Trata-se, em suma, de considerar as mudanças acima via processo de uma globalização, ou seja, como parte de um longo processo de poder, aquele que, encarnado pelo paradigma da Modernidade e pela ideologia econômica que a sustenta, tem na “glorificação da tecnologia” e no papel do capital financeiro as bases do paradigma do progresso (MUZIO, 1999).

Assim, na lógica global capitalista da reprodução socioespacial, constroem-se verdadeiros espaços sociais da exclusão, onde miríades de indivíduos – sem perspectivas de ingressar no mercado de trabalho formal ou nos padrões de consumo mínimo exigidos pelo sistema capitalista – são *jogados* em guetos sociais (desde bairros periféricos até prisões). A exclusão, que de primeiro momento, liga-se ao consumo e ao trabalho, reaparece em novas modalidades e formas. A desigualdade social oriunda do sistema é gritante, pois o nível de riqueza contrastante com a exclusão social é bastante visível em todo o globo.

No âmbito da análise socioespacial, estamos diante de uma espacialidade urbana e territorial cada vez mais segmentada e fragmentada por poderosas fronteiras invisíveis, ilegais em sua maior parte. As novas fronteiras são sendo estabelecidas com a finalidade de certo controle espacial, e no caso em questão o principal fator, dependendo do tipo de espaço e dos atores envolvidos, é: ou o exercício de uma modalidade de “economia da violência”, incluindo atividades de extorsão, ou a busca de segurança e manutenção de certos privilégios. De uma maneira ou de outra, uma imensa parcela da população termina sendo segregada ao próprio acesso à cidadania.

Esse contingente busca na mendicância, na informalidade, na contravenção, na criminalidade, etc., formas e meios possíveis para garantir a sua sobrevivência. Isto leva, consideravelmente, ao aumento gradativo de mais violência, além da própria violência da exclusão em si. A cidade torna-se, desta maneira, palco deste processo de construção da violência. A globalização “mundializou” a exclusão, tornou-a a nível planetário, global.

Em face da questão da globalização, percebe-se a formação de uma multidão de deserdados sociais, frutos do próprio processo histórico que se desenrola. Essa gama de pessoas parte para alternativas de violência, já que não possuem outra alternativa eficientemente imediata como forma de sobrevivência.

Em geral quando se discute a questão da violência e da urbanização, geralmente se põe a discussão sob as áreas periféricas e suburbanas. Mas a violência na urbe varia de local para local. A marginalização não pode ser apenas vista na ótica econômica. Existem também marginalizações de cunho cultural, político ou étnico (como nos casos de minorias na Europa e nos EUA). Essas marginalizações também são grandes geradoras de violência.

Nas grandes cidades atuais, como por exemplo, Cidade do México e São Paulo, o contingente de desempregados estruturais vem se ampliando nas periferias e nas moradias precárias. Assim como o descenso de classes sociais que perderam seu padrão de vida e são obrigadas a migrar para essas periferias. O próprio sistema habitacional, em si, é excludente, oriundo de um processo de habitação que privilegia os mais ricos. A ótica é a da especulação imobiliária, movida pela lógica do lucro e não das necessidades sociais imediatas. Numa estrutura espacial heterogênea, subsistem nas periferias, elementos dos mais variados tipos.

A questão da violência também ocorre no que tange aos processos migratórios do chamado terceiro para o chamado primeiro mundo. O fechamento de fronteiras é uma questão fundamental. Um grande exemplo significativo é a questão do fechamento do direito de ir e vir do povo palestino ou mesmo a dificuldade de entrada na Europa e nos Estados Unidos da América.

Alguns espaços, como espaços exclusivos da violência, representam fragmentos da sociedade como um todo (territorialmente). São territórios da contravenção, fechados, concentrados, embora não possuam muros. O exemplo a seguir é o mais significativo neste sentido, já que a espacialização da violência passa também pela ocupação de certos espaços pela contravenção. É o caso do tráfico de drogas (crime organizado) que ocupa as favelas do Rio de Janeiro.

Outro caso similar são as milícias que hoje disputam com o narcotráfico o espaço de algumas favelas no Rio. Surgiram com o intuito de fornecer “proteção” aos habitantes das favelas ocupadas. Isto não é feito de graça, já que é exigido um “retorno” em forma de pagamento em espécie. Ao proteger as pessoas contra a violência, cria-se um círculo vicioso, já que se usa a violência para tal intento: uma verdadeira paramilitarização da questão urbana. Essas quadrilhas e facções vêm adquirindo as feições de forças paramilitares, ainda que movidas essencialmente pelo lucro e não por programas ou objetivos de transformação político-social (as “milícias”, aliás, tampouco o são).

Na modernidade o controle social dos indivíduos é cada vez maior. O Estado cada vez mais controla todos os espaços sociais, usando para isso determinado tipo de violência. Por outro lado, o indivíduo que se encontra em um espaço violento encontra-se sobre um duplo controle – do Estado e da contravenção. Daí que teríamos um espaço de controle legal (sutil e com base em um macro e um micro-poder) e outro controlado pela contravenção (não aceito pelo outro, por isso combatido) (CASTEL, 2005).

Logo, a violência é essencialmente territorial, até mesmo nos espaços de exclusão. Este é o caso dos mendigos da Praça da Sé, em São Paulo, onde os espaços de mendicância geram uma nova violência, devido à disputa pelos espaços de sobrevivência. Qualquer um que ouse ocupar seu espaço de esmola é sumariamente agredido e expulso. Há, assim, uma delimitação espacial do território (onde isso ocorre também com prostitutas, limpadores e “pastoradores de carro”, etc.).

O desfecho desse processo é a geração global de mais violência, por parte de alguns grupos, e mais fuga dessa violência, por parte de outros. Pode-se dizer que se estamos diante de um auto-enclausuramento à medida que os “condomínios exclusivos” que se multiplicam nas áreas nobres de vários países, principalmente nos “em desenvolvimento” se tornam cada vez mais complexos. Esse tipo de estratégia espacial de busca de segurança, ao ir construindo uma cidade de espaços públicos “privatizados”, muitas vezes indevida e ilegalmente, pauta-se numa dificuldade da mobilidade espacial do cidadão, e onde, na própria paisagem cada vez mais se inscrevem os símbolos do medo e das posturas defensivas, que em vez de colaborar para melhorar a qualidade de vida, contribui para, no longo prazo, miná-la.

5 Considerações Finais

Procurou-se, ao longo deste artigo, mostrar a inter-relação entre o processo de globalização e a violência estrutural, na medida em que podemos pensar algumas formas específicas de violência como consequências diretas do processo estrutural de expansão do capital global e seu conteúdo técnico. Ao relacionarmos a globalização enquanto uma forma contínua de exclusão de amplas parcelas da população mundial, tentou-se mostrar a exclusão sócio-espacial decorrente desse processo, apontando algumas de suas características e consequências.

A violência gerada estruturalmente pela globalização termina por gerar uma verdadeira “anemia” do espaço público, ou seja, o encolhimento e a deterioração da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania. Tanto pela formação de enclaves territoriais criminosos (e o conjunto de impactos sociopolíticos e social-psicológicos

associados à expansão e às territorializações impostas pelo tráfico de drogas de varejo), quanto a disseminação de “condomínios exclusivos” que terminam enfraquecendo a vida pública. Espaços públicos vão sendo, por causa do medo, ou abandonados ou, então, “cercados” e “monitorados”.

Isto posto, podemos afirmar que a globalização, em suas consequências é geradora de violência, na medida em que exclui milhões de indivíduos de uma vida digna e na medida em que gera exclusões socioespaciais. Mesmo assim, reconhecemos, ela sozinha não pode ser tomada como único fator desencadeador dessas questões. A violência, em sua complexidade, deve ser abordada também se levando em consideração fatores como a cultura, a economia, as relações sociais e mesmo, fatores psicológicos. Mas, sem perder de vista a espacialização e a territorialidade da mesma: papel basilar da ciência geográfica.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. São Paulo: **Terra Livre**, Ano 18, Vol I, nº 18, p. 161- 178, jan-jun de 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 7. ed. Tradução de Iraci D. Poletí. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A insegurança social:** o que é ser protegido? Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. São Paulo: Vozes, 2005.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997.

GEORGE, Susan. **O Relatório Lugano:** sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

KAHIL, Samira Peduti. Uma “filosofia do espaço do homem”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Ensaio de geografia contemporânea.** Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUZIO, Gabriele. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver a coerência do processo. In: OLIVEIRA, F; PAOLI, M. (orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do discurso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999, p.133-161.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (org). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. O território: sobre espaço e poder. autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

STREETEN, Paul. Globalização: ameaça ou oportunidade? In: ARBIX, G. et al (org.). **Razões e fições do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001.

ZUSMAN, Perla B. Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, Maio de 1997. p. 5-42.